



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**  
**Primeira Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social - PRODEP**  
**Inquérito Civil Público nº 08190.041389/16-13**

**DESPACHO:**

Instaurou o presente Inquérito Civil Público nº 08190.041389/16-13, a partir de notícia de fato (08190.041565/16-36) instaurada com a manifestação de Francisco dos Santos perante o Ministério Público Federal – MPF e, posteriormente, remetido a este MPDFT, em que denuncia irregularidades envolvendo o senhor Leonardo Moreira Prudente. O noticiado pode ser assim resumidos:

1º) Suposto dismantelamento patrimonial das pessoas jurídicas “Global Segurança Ltda.” e “G6 – Sistema de Segurança Integrada” e, ainda, dos supostos desfazimentos de bens por parte do senhor Leonardo Moreira Prudente, alvo da operação “Caixa de Pandora”, no intuito de se isentar de pagamento devido a título de ressarcimento ao erário nos autos do Processo nº 2010.01.1.053036-4, em curso junto à 2ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal;

A pessoa jurídica GLOBAL SEGURANÇA LTDA, fora “substituída” formalmente pela G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda. (CNPJ 02.265/823/001-74), sendo que esta teria como sócios “laranjas” (senhores Leonardo Nogueira Valverde de Moraes e Patrocínio Valverde de Moraes Neto, cujos endereços residenciais encontram-se consignados na exordial), apenas para desvinculá-la da família do senhor Leonardo Moreira Prudente.

Ademais, ambas pessoas jurídicas retrocitadas participam de certames



licitatórios promovidos pelo Distrito Federal e por suas entidades da administração indireta. Exemplo citado é licitação recente do DETRAN/DF em que a GLOBAL SEGURANÇA LTDA. sagrou-se vencedora (Pregão Eletrônico 21/2015 – Processo nº 055.026.943/2014), processo este que contou com a participação de outras pessoas jurídicas ligadas à família Prudente, apenas visando conferir lisura ao procedimento, porém, o resultado já é acordado, inclusive, com a participação de servidores comissionados do órgão.

2º) a Notícia de Fato nº 08190.041565/16-36, visa apurar irregularidades ocorridas nessa concorrência.

Chama a atenção que neste e em diversos outros procedimentos licitatórios, o pregoeiro responsável pela condução da contratação é TIAGO MOURA LIMA, servidor comissionado, que, em conjunto com outras informações de conhecimento deste órgão, é apadrinhado da Deputada Distrital Celina Leão, sendo que esta, em tese, teria estreita ligação com a família Prudente, visando alcançar objetivos comuns, notadamente a obtenção de “patrimônio político” para viabilizar sua candidatura à Governadora do Distrito Federal.

Cite-se, por oportuno, que a ingerência da Deputada Distrital Celina Leão na nomeação de pessoas a ela vinculadas para a cargo em comissão na administração pública local é recorrentemente denunciado a este MPDFT, sendo que, em diversas oportunidades, fora possível identificar uma suposta metodologia adotada pela parlamentar para a indicação de seus apadrinhados, qual seja, a deputada viabiliza politicamente a aprovação de projetos legislativos de interesse de determinada entidade e, em contrapartida, esta nomeia para cargos estratégicos da instituição pessoas ligadas à parlamentar, notadamente relativos à realização de licitações.

A título exemplificativo, esta Central, a partir de diversas informações similares registradas ora na Ouvidoria deste MPDFT ora no próprio Setor de Apoio das Prodeps, pode citar duas entidades em que a suposta metodologia fora aplicada, vejamos:

(i) DETRAN/DF – Em 2013, deputada Celina Leão apresentou emenda legislativa<sup>1</sup> ao projeto de lei, convertido, posteriormente, na Lei Distrital nº 5.245, de 16 de dezembro de 2013, que viabilizou a alteração de nomenclatura de cargo efetivo de

---

<sup>1</sup>Disponível em: < <http://chiquinhodornas.blogspot.com.br/2013/12/parabens-aos-audidores-fiscais-de.html> > e em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3nkgwZrHRVs> >. Acessados em 19 de setembro de 2016.

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivos simples\arquivo icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



Agente de Trânsito para Auditor Fiscal de Trânsito, sendo que, a partir deste momento, a parlamentar teria estreitado os laços com citada entidade, ligação esta que viabilizaria influenciar na nomeação de cargos estratégicos no departamento, podendo ser citados os seguintes nomes:

a) Nomeação de **Alcidino Vieira Júnior** para o cargo de Chefe da Procuradoria Jurídica do DETRAN/DF (DODF Suplemento nº 22, de 29/01/2015, p. 65), sendo que este seria irmão do assessor parlamentar da Deputada Celina Leão, senhor Sandro Vieira<sup>2</sup>, fato este que, aliás, é objeto de acompanhamento nos autos do **Procedimento Administrativo nº 08190.218227/15-36, em curso perante a 5ª PRODEP (andamento anexo)**. Vale consignar, por oportuno, que após diversos impasses ocorridos entre a Deputada Distrital e o atual Governador do DF, Rodrigo Rollemberg, o senhor Alcidino Júnior foi exonerado do cargo no último dia 29 de julho de 2016 (DODF nº 145, p. 64).

b) Nomeação de **Tiago Moura Lima** para o cargo de Gerente da Gerência de Licitações do DETRAN/DF (DODF Suplemento nº 23, de 30 de janeiro de 2015, p. 32), sendo que este é, conforme informação constante na manifestação que instruiu a Notícia de Fato nº 08190.0415/16-36, em curso perante a 7ª PRODEP, componente da bancada partidária da Deputada Celina Leão.

Com as pessoas acima nomeadas, a parlamentar em questão passou a exercer grande influência na gestão do DETRAN/DF que, conforme informações repassadas nas Notícias de Fato nº 08190.041564/16-73 e 08190.041565/16-36, viabilizou a contratação da pessoa jurídica **Global Sistema de Segurança Ltda.**, esta, como consignado alhures, pertencente à família do Deputado Distrital Rafael Prudente.

Ademais, imperioso consignar que recentemente, corroborando os indícios até então consignados, a Deputada Distrital Celina Leão apresentou o **Projeto de Lei nº 1.225/2016** com o objetivo de alterar o Sistema Viário do DF, transformando, assim, as rodovias que cortam DF em vias urbanas<sup>3</sup>.

Com a alteração, as rodovias, atualmente fiscalizadas pelo DER/DF, entendida em que a parlamentar, em tese, não possui influência, passariam a ser objeto de controle do DETRAN/DF o que, aliás, viabilizaria a ampliação do aparelhamento da entidade, como, por exemplo, a possibilidade de direcionamento de procedimentos licitatórios para contratação de pessoa jurídica para viabilizar a fiscalização por intermédios de “*pardais*”.

(ii) **Defensoria Pública do Distrito Federal** – Outra entidade que supostamente está sofrendo ingerência por parte da Deputada Distrital em questão é a

<sup>2</sup>Disponível em: < <http://blogdojuscelinodf.blogspot.com.br/2012/01/interferencias-politicas-em-cargos.html> >. Acesso em 19 de setembro de 2016.

<sup>3</sup>Disponível em: < <http://celinaleao.com.br/pela-reducao-de-rodovias-no-df/> >. Acesso em 19 de setembro de 2016

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivamento icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



Defensoria Pública do DF que, nos mesmos moldes do ocorrido no âmbito do DETRAN/DF, a parlamentar passou a ter grande influência na gestão administrativa da entidade e, em troca, viabilizou a provação de legislação de interesse da DPDF.

Em apertada síntese, a Deputada Celina Leão viabilizou a derrubada dos veto parciais feitos pelo Governador do Distrito Federal à Lei Complementar nº 908/2016, que modificou à Lei Complementar nº 828/2010 e derrubaram, também, veto referentes às emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual – LOA e, assim, viabilizou o incremento do orçamento da Defensoria Pública do DF (com o veto o montante destinado à DPDF passou de R\$ 140 milhões para R\$ 220 milhões), conforme noticiado pela própria Deputada Distrital Celina Leão em seu sítio oficial<sup>4</sup>.

A ligação entre a parlamentar e o Defensor Público-Geral do DF, senhor Ricardo Batista, se intensificou após a aprovação dos projetos em questão, podendo isso ser verificado por uma sucessão de benesses deferidas pela CLDF, por intermédio da atuação da Deputada Distrital Celina Leão:

**a) Celina Leão anuncia posto de Defensoria Pública na Câmara Legislativa** - “a presidente da Câmara Legislativa do DF (CLDF), Celina Leão (PDT), acerta novamente ao anunciar parceria com a Defensoria Pública do DF, que abrirá um posto na Casa do Povo na segunda-feira (2/Mar). O anúncio foi feito por Celina, em solenidade de promulgação da emenda à Lei Orgânica nº 86/2015 e de assinatura do termo de cooperação entre a Câmara Legislativa e a Defensoria Pública do DF”<sup>5</sup>.

**b) Homenagem aos servidores da Defensoria do DF** – “O posto de atendimento da Defensoria Pública do DF na sede da Câmara Legislativa realizou, só no ano passado, 6 mil atendimentos jurídicos à população. Em reconhecimento ao serviço prestado, a Câmara Legislativa realizou hoje (17) uma homenagem aos servidores que atuam prestando assistência jurídica aos que procuram os serviços da Defensoria”<sup>6</sup>.

**c) Aprovação da Lei Distrital nº 1.111/2016, que cria 250 cargos comissionados no âmbito da Defensoria Pública do DF** - “Em sessão extraordinária na noite desta quinta-feira (30), o plenário aprovou o projeto (PL nº 1.111/2016) que cria 250 cargos comissionados no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública. De autoria da

<sup>4</sup><http://celinaleao.com.br/cldf-derruba-vetos-e-fortalece-defensoria-publica-do-df/>

<sup>5</sup>Disponível em: < <http://www.politicadistrital.com.br/2015/03/01/celina-leao-anuncia-posto-da-defensoria-publica-na-camara-legislativa/> > . Acesso em: 19 de setembro de 2016.

<sup>6</sup>Disponível em: < [http://www.cl.df.gov.br/pt\\_PT/ultimas-noticias/-/asset\\_publisher/IT0h/content/camara-homenageia-servidores-da-defensoria-publica;jsessionid=6D62E603DD0AABB00EA32BF5FA732B09.liferay1?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cl.df.gov.br%2Fpt\\_PT%2Fnoticias](http://www.cl.df.gov.br/pt_PT/ultimas-noticias/-/asset_publisher/IT0h/content/camara-homenageia-servidores-da-defensoria-publica;jsessionid=6D62E603DD0AABB00EA32BF5FA732B09.liferay1?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cl.df.gov.br%2Fpt_PT%2Fnoticias) > . Acesso em: 19 de setembro de 2016

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivos simples\arquivo icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



própria Defensoria, a matéria gerou discussão entre os parlamentares. [...] A deputada Celina Leão (PPS), defensora da proposta, argumentou que a estrutura é necessária à autonomia do órgão. Ela exemplificou que o "pequeno núcleo da Defensoria que atua na Câmara Legislativa atendeu seis mil cidadãos". A Defensoria Pública "ampara os mais pobres", opinou o deputado Wellington Luiz (PMDB)<sup>7</sup>.

Nada obstante, assim como ocorre nos indícios apontados em relação ao DETRAN/DF, toda essa articulação política engendrada pela Deputada Distrital Celina Leão indica ter um custo, qual seja, a nomeação de seus correligionários para assunção de cargos estratégicos na Defensoria Pública do DF, isso ocorrendo **5 dias ANTES** a derrubadas dos vetos consignados alhures<sup>8</sup>. Nesse sentido:

a) Nomeação de **Edimar Souza Lima** (que pelo sobrenome, pode ter algum vínculo familiar com Tiago Moura Lima, comissionado nomeado no DETRAN/DF para a o cargo de Gerente da Gerência de Licitações, porém essa pesquisa não foi aprofundada) para o cargo de Subsecretário de Administração Geral da Defensoria Pública do DF, cargo este de suma importância na viabilização de contratações realizadas pela instituição.

b) Nomeação de **Erotides Souza de Almeida Júnior** para o cargo de Subsecretário de Projetos Sociais da Defensoria Pública-Geral do DF, sendo que este é **irmão** de **Jael Almeida de Carvalho**, assessor da Deputada Distrital Celina Leão. Insta consignar que o cargo para o qual **Erotides** fora nomeado é estratégico para suas pretensões políticas, haja vista que no exercício de suas funções busca dar apoio à realização de projetos de cunho assistencial que beneficiam à parcela da população menos favorecida e, conseqüentemente, fortalece a imagem de Erotides perante às comunidades

<sup>7</sup>Disponível em: < [http://www.cl.df.gov.br/en/mais-lidas/-/asset\\_publisher/4bKw/content/parlamentares-8](http://www.cl.df.gov.br/en/mais-lidas/-/asset_publisher/4bKw/content/parlamentares-8)

<sup>8</sup> *"Cinco dias antes de os vetos de Rollemberg serem derrubados pelos distritais, a presidente da Câmara, Celina Leão (PPS), foi atendida com três cargos na estrutura da Defensoria. Para acomodar os servidores indicados pela deputada, o comando do órgão fez uma verdadeira engenhoca administrativa.*

*Coube ao defensor público-geral substituto, Fernando dos Santos Ribeiro, assinar e publicar a Portaria nº 34/2016. Vale frisar que o veto dando amplos poderes ao comando da Defensoria ainda não havia sido aprovado, portanto criar e extinguir cargos dependia, naquele momento, exclusivamente de um decreto do governo.*

*Mas, usando como expediente uma portaria, Ribeiro, nomeado por Barbosa, extinguiu quatro cargos do quadro da defensoria e criou outros dois. Ou seja, quatro pessoas foram mandadas embora para que os três nomes ligados a Celina fossem acomodados no organograma da Defensoria Pública.*

*No mesmo dia das exonerações, foi nomeado **Erotides Souza de Almeida Júnior**, para exercer o cargo de assessor de gabinete com um CNE-4, com salário de R\$ 8.923,74. Erotides é irmão de Jael Almeida de Carvalho, chefe de gabinete de Celina Leão. Em 2012, Jael e Erotides tiveram problemas com nepotismo na Câmara. Jael já trabalhava com Celina, e Erotides estava lotado no bloco do PSD, o que feria ao Ato da Mesa nº 90/2011, publicado no Diário da Câmara Legislativa.*

*Para o outro cargo criado, foi nomeado **Edimar Souza Lima**. Ele fez campanha para a deputada. Era lotado na Coordenação de Orçamento e Finanças da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do DF, o coração do governo. Edimar deixou um CNE-6, de R\$ 5.855,82, para assumir um CNE-4, de R\$ 8.923,74.*

*Além de Erotides, **Kimberlly Cavalcante de Andrade Oliveira**, filha de Irene Cavalcante de Andrade, também foi nomeada como assessora técnica de atendimento judiciário. Irene é ex-assessora de imprensa de Celina Leão e é bastante ligada à distrital. Hoje, ela atua na Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa), com um CA-2, o que significa salário de R\$ 8.580,80. Ela foi nomeada em 26 de agosto de 2015 pelo então presidente Vinícius Benevides, outro amigo de Celina."* Disponível em: < <http://quidnovi.com.br/brasil-como-ela-e/defensoria-publica-aluga-edificio-de-deputado-e-cria-cargos-para-favorecer-outro-distrital-em-troca-de-poderes-irrestritos/> >. Acesso em 19 de setembro de 2016.





contempladas, buscando, única e exclusivamente, se fortalecer para às eleições de 2018.

c) Nomeação de **Kimberly Cavalcante de Andrade Oliveira** para o cargo de Assessora Técnica de atendimento judiciário, sendo que esta é filha de **Irene Cavalcante Andrade**, ex-assessora de imprensa da Deputada Distrital Celina Leão que, atualmente, ocupa cargo comissionado perante a ADASA/DF.

d) Nomeação de **Thamisa Ribeiro e Silva** para o cargo de assessora da Defensoria Pública-Geral do DF, sendo que esta seria esposa de **Isaías Aparecido da Silva**, Subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Educação do DF

Insta salientar, por oportuno, que a nomeação de apadrinhados da parlamentar em questão não se restringiu ao período retrocitado (**5 dias ANTES** a derrubadas dos vetos), sendo estendido por todo o ano de 2016, senão vejamos:

Nomeação de **Danielle do Amaral Salomão** para o cargo de Chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral da DPDF que, conforme listagem obtida informalmente por esta Central (**anexa aos autos da Notícia de Fato nº 08190.041899/16-91, em curso perante a CEDI/PRODEP**), passou a indicar quais pessoas ocupariam cargos comissionados no âmbito da DPDF, sendo que grande parte dessas indicações são atribuídas, materialmente, à pessoa de **Jael Almeida de Carvalho**, assessor da Deputada Distrital Celina Leão, podendo ser indicadas o nomes das seguintes pessoas:

+ Indicações de Jael Almeida de Carvalho: **Joyce Castro Silva** (DFG-12 – Sobradinho); **Cristhiane Fernanda Guarda** (DFA-12 – Sobradinho); **Cleiba Fernandes Freitas** (DFG-12 – Plantão do TJDF); **Juliana Lopes Silva** (DFA-12 – Ceilândia); **Ronald Gabriel da Conceição** (DFA-12); **Andrasse da Cunha Melo de Castro** (DFA6 – Zarife/Medidas socioeducativas); **Miriam Jéssica de Oliveira Barbos** (DFA-5 -Zarife/Medidas socioeducativas); **Elisa Carolina de Sousa** (DFA6 – Execução Penal); **Daniela Monção Furtado** (DFA5 – Sede/Zarife); **Lúcio Mauro Fernandes** (DFA5); **Eduardo Fagner Zayat Braz** (DFA5 – Ceilândia); **Arthur Gonçalves Barbosa** (DFA6 – Ceilândia).

+ Indicações de Danielle do Amaral Salomão: **Lucineide Maria Rodrigues de Oliveira** (DFA12 – Gama); **Claudionor de Souza** (Ceilândia); e **Cirlene Pereira de Andrade Barbosa** (Taguatinga);

+ Indicação de José Ricardo Grossi de Souza<sup>9</sup>: **Inhana Batista de Araújo** (DFA12 – Taguatinga).

Em continuidade às contrapartidas possivelmente acordadas entre o Defensor Público-Geral do DF, senhor Ricardo Batista, e a Deputada Celina Leão, para que fosse viabilizada a aprovação de projetos legislativos de interesse da DPDF, é possível citar o recente contrato de aluguel firmado, **no mês de dezembro de 2015 (ou seja, poucas dias após a aprovação da LC 27/2015 e do Projeto de Lei 765/2015<sup>10</sup>)**, entre a

<sup>9</sup>José Ricardo Grossi de Souza é Chefe de Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão, nos termos do Ato do Presidente nº 236 de 2015, de 09 de fevereiro de 2015, publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 26, de 10 de fevereiro de 2015, p. 5. **Disponível em:** <  
<http://www.cl.df.gov.br/documents/5744638/10786190/DCL+n%C2%BA%20026+de+10+de+fevereiro+de+2015> > . **Acesso em:** 20 de setembro de 2016.

<sup>10</sup>A aprovação dos citados projetos ocorreram no último dia 08 de dezembro de 2015. **Disponível em:** <  
[http://www.cl.df.gov.br/ultimas-noticias/-/asset\\_publisher/IT0h/content/distritais-aprovam-projetos-que-fortalecem-a-defensoria-publica?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cl.df.gov.br%2Finicio](http://www.cl.df.gov.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/IT0h/content/distritais-aprovam-projetos-que-fortalecem-a-defensoria-publica?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cl.df.gov.br%2Finicio) > .  
r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivamento icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



instituição e a pessoa jurídica **Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial Ltda – EPP**, para que fosse transferida a sede administrativa da defensoria pública do edifício Zarife para o Sia, Trecho 17, Rua 07, Lote 45.

Conforme amplamente divulgado pela mídia local<sup>11</sup>, a pessoa jurídica **Multi Segurança Eletrônica Patrimonial Ltda. - EPP**, é administradas pela sócia **Gessilene Feitosa Cabral**, sendo que esta também figura como sócia da pessoa **5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda.**, empresa esta pertencente ao ex-deputado distrital **Leornado Prudente**.

Insta salientar que, atualmente, a família Prudente encontra-se representada na Câmara Legislativa do Distrito Federal por **Rafael Prudente**, na condição de Deputado Distrital, que, aliás, é Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da casa legislativa local, o que, em tese, lhe confere grande poder de barganha.

Nota-se, portanto, que a “escolha” do prédio de propriedade da **Multi Segurança Eletrônica Patrimonial Ltda. - EPP**, atrelado à contratação do DETRAN/DF da **Global Sistema de Segurança – LTDA**, indicam a ocorrência de manobras políticas perpetradas pela Deputada Distrital **Celina Leão**, com envolvimento de gestores do órgão de trânsito do DF e do Defensor Público-Geral do DF, visando beneficiar pessoas jurídicas ligadas ao ex-deputado **Leornado Prudente**, bem como do atual Deputado Distrital **Rafael Prudente**, além, é claro, de inviabilizar a atuação administrativa isenta das citadas instituições.

A Central de Distribuição da Promotoria de Justiça de Patrimônio Público e Social elaborou despacho de distribuição dos feitos da forma relatada abaixo.

*Tomando por base todos os fatos acima descritos, distribua-se as Notícias de Fato em epígrafe da seguinte maneira:*

**1º) NOTÍCIA DE FATO nº 08190.041564/16-73 – Considerando a existência de informações de que a pessoa jurídica 5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda. estaria dilapidando seu patrimônio para inviabilizar a execução judicial dos autos do processo nº 2010.01.1.053036-4, atrelado à Operação Caixa de Pandora, remeta-se os autos à 3ª PRODEP para conhecimento e adoção das medidas que entender pertinentes.**

*Ademais, remeta-se cópia da manifestação que viabilizou a instauração da*

---

**Acesso em:** 20 de setembro de 2016.

<sup>11</sup>Por todos, a contratação é divulgada pelo sítio eletrônico Metrôples. Disponível em: < <http://quidnovi.com.br/brasil-como-ela-e/defensoria-publica-aluga-edificio-de-deputado-e-cria-cargos-para-favorecer-outro-distrital-em-troca-de-poderes-irrestritos/> >. **Acesso em:** 20 de setembro de 2016.

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivos simples\arquivo icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



citada *Notícia de Fato* à 5ª **PRODEP**, uma vez que consta na manifestação supostas irregularidades perpetradas pela pessoa jurídica **Saldo Mídia Propaganda e Publicidade Ltda. - EPP**, esta pertencente à família do Deputado Distrital **Rafael Prudente**, além de indicar a ocorrência de suposta prática de nepotismo cruzado envolvendo os Deputados Distritais **Cristiano Araújo** e **Rafael Prudente**, considerando o teor do art. 9º da Resolução CSMPDFT nº 133/2012 e da Reunião Periódica das PRODEPs, ocorrida em 17/06/2016.

**2º) NOTÍCIA DE FATO Nº 08190.041565/16-36 – Considerando que a matéria versada (DETRAN/DF) é meta da 7ª PRODEP, nos termos do art. 9º da Resolução CSMPDFT nº 133/2012 e da Reunião Periódica das PRODEPs, ocorrida em 17/06/2016, encaminhe-se o feito a aludida Promotoria.**

**3º) NOTÍCIA DE FATO Nº 08190.041899/16-91 – Considerando a inexistência de meta específica para tratar o tema de irregularidades no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal, determino que os autos sejam conduzidos perante esta CEDI/PRODEP, até o encerramento da gestão atual (triênio julho-setembro), oportunidade em que os autos serão redistribuídos aleatoriamente a uma das PRODEPs.**

*Além das providências alhures, considerando a necessidade de considerando a necessidade de levantamento de informações especializadas para instrução das Notícias de Fato nº 08190.041564/16-73, 08190.041565/16-36 e 08190.041899/16-91, encaminhe-se cópia do presente despacho ao Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação – CI/MPDFT, para compreensão dos fatos noticiados às PRODEPs, para que sejam tomadas, além das que entender pertinentes, as seguintes medidas:*

(i) Elaboração de Relatório de Variação Patrimonial, bem como de Relatório de Intercâmbio de Informações de Inteligência Financeira, a partir do ano de 2010, das seguintes pessoas:

- **Deputada Distrital Celina Leão** – Presidente afastada da CLDF;
- **Leonardo Moreira Prudente** – ex-Deputado Distrital;
- **Rafael Cavalcanti Prudente** – Deputado Distrital em exercício;
- **Stael Moreira Prudente Barbosa** – irmã do ex-Deputado Distrital Leonardo Prudente;
- **Gessilene Feitosa Cabral** – Sócia administrador da pessoa jurídica Multi Segurança Eletrônica Patrimonial Ltda – EPP;
- **Tiago Moura Lima** - Pregoeiro do DETRAN/DF, ocupante de cargo em comissão por suposta indicação da Deputada Distrital Celina Leão;
- **Ricardo Batista** – Defensor Público-Geral do DF;

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivo icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**  
**Primeira Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social - PRODEP**

- **Edimar Souza Lima** – Subsecretário de Administração Geral da Defensoria do Distrito Federal e, com base no sobrenome, pode ter alguma ligação com Tiago Moura Lima;
- **Jael Almeida de Carvalho** – Assessor da Deputada Distrital Celina Leão;
- **Erotides Souza de Almeida Júnior** - Subsecretário de Projetos Sociais da Defensoria Pública-Geral do DF e irmão de Jael Almeida de Carvalho;
- **Thamisa Ribeiro e Silva** – Assessora da Defensoria Pública-Geral do DF;
- **Isaías Aparecido da Silva** - Subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Educação do DF;
- **Danielle do Amaral Salomão** - Chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral da DPDF;
- **Patrocínio Valverde de Moraes Neto** (CPF 987.722.281-72) – suposto “testa de ferro” da família Prudente;
- **Adriana Troccoli Nogueira Valverde**
- **Leonardo valverde de Moraes Neto** (CPF nº 993.072.781-72);
- **Da pessoa jurídica Global Segurança LTDA** (CNPJ 02.265.823/0001-74).
- **Da pessoa jurídica G6 – Sistema de Segurança Ltda.;**
- **Da pessoa jurídica JL Agroindustrial Ltda - ME** (CNPJ 10.238.843/0001-84);
- **Da pessoa jurídica 5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda.** (CNPJ 72.591.894/001-42)
- **Da pessoa jurídica Conservadora Nacional de Imóveis Cinco Estrelas** (CNPJ nº 00.127.894/0001-85)
- **Da pessoa jurídica 5 Estrelas Administração e Serviços Ltda** (CNPJ nº 20.764.618/0001-35);
- **Da pessoa jurídica 5 estrelas Serviços Especializados Ltda – ME** (CNPJ nº 19.541.626/0001-28);
- **Da pessoa jurídica 5 Estrelas Serviços de Apoios Administrativo - EPP** (CNPJ 02.830.621/0001-28)
- **Da pessoa jurídica Saldo Mídia Propaganda e Publicidade Ltda. - EPP** (CNPJ nº 06.354.479/0001-40).

*(ii) **Elaboração de Relatório de Levantamento de Vínculos Societários e Familiares entre as pessoas (físicas e jurídicas) retrocitadas.***

*Por fim, considerando que as informações represadas no presente despacho possam ser de interesse do **Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO/MPDFT**, encaminhe-se cópia ao citado órgão para conhecimento.*

**Distribuído inicialmente à 7ª PRODEP o presente feito recebeu o seguinte despacho no sentido de que *por tratar-se de tema da 1ª PRODEP, a esta deveria ser distribuído (fls. 43).* Saliente-se que o objeto deste procedimento cingiu-se única e exclusivamente ao contrato advindo do pregão 21/2015.**

Instaurado o Inquérito Civil Público foram notificados todos os mencionados na notícia de fato, que apresentaram justificativa.

Juntou-se cópia da sentença proferida no Mandado de Segurança nº 2016.01.1.070780-9, cujo o teor transcrevemos abaixo:

**SENTENÇA**

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivamento icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



SOBERANA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. impetrou mandado de segurança contrata ato do PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, partes qualificadas nos autos, alegando, em síntese, que em pregão eletrônico a empresa Global Segurança Ltda. foi considerada ilegalmente vencedora, pois não cumpriu as exigências do edital e seu recurso administrativo foi improvido; que não houve disponibilização de todos os documentos enviados pela empresa vencedora, que teriam amparado a decisão que a considerou vencedora, prejudicando o contraditório e a ampla defesa; que o impetrado feriu os princípios da legalidade, da isonomia, da publicidade, da impessoalidade e da moralidade, pois pediu que documentos novos fossem enviados por email e não no sistema eletrônico de processamento da licitação, o que impossibilita análise e eventual impugnação dos demais licitantes; que houve muitas falhas e omissões documentais da empresa vencedora; que a proposta foi apresentada pela empresa em 27/5/2016 sem considerar os valores da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria- CCT 2016/2016, defasados em um ano e aceitos pelo impetrado, descaracterizando o real valor dos serviços a serem pagos pela Administração; que a aceitação de proposta desatualizada deveria valer para todos e constar do edital, sob pena de violação do princípio da isonomia; que o impetrado reconheceu que a vencedora não fez a cotação do rastreamento dos veículos, mas que isso seria obrigação futura; que o registro da vencedora no CREA é inválido, pois desatualizado; que não há comprovação de capacidade técnico-operacional por registro de atestado em entidade incompetente; que não há comprovação de capacidade técnico-operacional por falta de comprovação das parcelas de maior valor, falta de comprovação da forma de transmissão via enlace aéreo de conectividade e falta de comprovação dos componentes de infraestrutura; que não houve descrição detalhada do objeto.

Ao final requer a concessão de liminar para suspensão do Pregão Eletrônico nº 21/2015 ou o contrato, se já celebrado, notificação e ao final conceder a segurança para anular a decisão que declarou a empresa Global Segurança Ltda. vencedora, determinando a convocação da segunda colocada ou anular o contrato, se já celebrado.

A petição inicial veio acompanhada dos documentos anexados às fls. 46/505.

**O pedido de liminar foi indeferido (fls. 509/512), o que ensejou a interposição de Agravo de Instrumento (fls. 579/604), com concessão de liminar (fls. 605/608) e posterior revogação da decisão (fls. 619/622), mas não houve retratação deste juízo (fl. 613).**

A impetrante apresentou emenda à petição inicial (fls. 519/578), que foi admitida com a inclusão da empresa Global Segurança Ltda. no polo passivo (fl. 613).

**Informações da autoridade coatora às fls. 630/632, afirmando, em resumo, que não há direito líquido e certo para a concessão de segurança; que foram solicitadas à primeira colocada correções e justificativas por email em razão de manifestação da Diretoria; que os participantes não foram impedidos de terem vista dos autos, que permaneceram na gerência de licitação; que foi aceita proposta com base em convenção coletiva de trabalho de 2015 porque naquele ano iniciou o processo de licitação, suspenso para atender determinações do Tribunal de Contas e os preços apresentados pela impetrante são semelhantes aos da empresa vencedora; que foi suprida a omissão da cotação de rastreamento veicular; que foi apresentado atestado do CREA e a validação poderia ser tanto no CREA quanto no CRA; que a vencedora não alterou seu contrato social, mas apenas acrescentou a atividade de "brigadista", o que não invalida o registro junto ao conselho; que os atestados de capacidade técnica foram emitidos pelo próprio DETRAN; que no site não há caracteres suficientes para descrever o objeto.**

Foram anexados os documentos de fls. 633/729.

A litisconsorte apresentou defesa às fls. 731/785 afirmando, resumidamente,

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivo icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**  
**Primeira Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social - PRODEP**

que houve perda do objeto; que não há direito líquido e certo; que foram observados os princípios da publicidade, da transparência, da ampla defesa e do contraditório; que não violou convenção coletiva de trabalho; que houve cotação do sistema de rastreamento de veículos; que o seu registro junto ao CREA está regular, pois não houve alteração no contrato social; que os atestados apresentados comprovam a sua expertise técnica e operacional superior às características, quantidade e prazos exigidos na licitação; que descreveu o objeto da licitação com todas as especificações técnica e econômica. Anexou os documentos de fls. 786/3105.

O DETRAN requereu a sua inclusão na lide (fl. 3106).

Manifestação do Ministério Público às fls. 3108/3112 pela denegação da segurança.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente analiso as questões de ordem processual.

Defiro a inclusão do Departamento de Transito do Distrito Federal no polo passivo, conforme requerido na peça de fl. 3106.

A litisconsorte afirmou que houve perda do objeto, pois o contrato foi assinado em 13/7/2016, não havendo possibilidade de retroagir àqueles atos.

A presente ação foi ajuizada em 4/7/2016 e há pedido subsidiário para a anulação de eventual contrato celebrado, portanto, não há perda do objeto e pacificou-se entendimento no Superior Tribunal de Justiça de que a superveniente adjudicação não importa na perda de objeto do mandado de segurança, pois se o certame está cado de nulidades, estas também contaminam a adjudicação e posterior celebração do contrato.

Assim, rejeito a preliminar.

Cuida-se de mandado de segurança destinado a anulação da decisão que declarou a litisconsorte vencedora de pregão eletrônico.

Para fundamentar o seu pleito sustenta a impetrante que a empresa que figura como litisconsorte não observou as regras do edital, mas mesmo assim foi considerada vencedora.

Alega a impetrante que houve descumprimento do edital sob vários aspectos, que serão analisados individualmente.

O primeiro argumento da impetrante refere-se à inobservância do contraditório e da ampla defesa, pois não teria ocorrido a disponibilização de todos os documentos enviados pela empresa vencedora, que teriam amparado a decisão que a considerou vencedora.

Após examinar cuidadosamente os autos verifica-se que assiste razão à autoridade coatora, pois o item 10.6 do edital (fls. 55/136, mas especificamente fl. 62 verso) que os autos do processo ficariam à disposição dos interessados na Gerência de Licitação, com indicação do endereço e horário de atendimento, fato sequer mencionado pela impetrante e considerando que ela anexou à petição inicial documentos apresentados pela vencedora está evidenciado que ela teve vista dos autos, portanto, sem razão em sua alegação.

Questiona a impetrante a falta de publicidade porque em solicitação de diligência determinou-se o envio de documentos por email, o que no seu sentir prejudicaria a publicidade do ato, no entanto, mais uma vez equivocase ela, posto que no item 7.1 do edital (fl. 59 verso) estabeleceu-se três vias para o envio de documentos, quais sejam sistema Comprasnet, email ou fax, portanto esse meio estava previsto no edital e a impetrante nem mesmo alegou que os documentos não foram anexados aos autos do processo administrativo ou ao sistema informatizado da licitação, portanto, não ocorre o alegado vício.

Sustenta a impetrante que a proposta apresentada pela vencedora no ano de 2016 baseou-se na convenção coletiva de trabalho dos vigilantes do ano de 2015, o que acarretaria defasagem do preço e violação do princípio da isonomia, pois os demais licitantes observaram a convenção vigente.

Tanto a autoridade coatora quanto a empresa vencedora alegaram exatamente

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivo icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



a mesma coisa, inclusive com repetição dos argumentos, qual seja que a licitação iniciou-se no ano de 2015 e, por isso, observou-se a convenção coletiva daquele ano, portanto, o fato é incontroverso, só restando o exame de suas consequências.

Depois de analisar demoradamente os 16 (dezesesseis) volumes destes autos constatei que esse questão é realmente muitíssimo delicada, mas há dificuldade no seu exame por dois pontos importantes: opção da impetrante pelo mandado de segurança, que não admite dilação probatória e a não exibição da proposta apresentada por ela para provar que foi utilizada a convenção coletiva de trabalho de 2016.

Dispõe o item 7.9 do edital (fls. 55/136):

Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Já o termo de referência (fls. 65/118) no item 7, dispõe que a planilha de custos deve observar as diretrizes infra, dentre outras:

- a. Valor da remuneração da mão de obra das categorias envolvidas na prestação dos serviços definidos, conforme homologado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
- b. Valor dos encargos sociais e trabalhistas incidentes, com base na legislação em vigor, sobre o valor da mão de obra mais a Reserva Técnica, devendo valores acima de 78,46% (setenta e oito vírgula quarenta e seis por cento), na forma prevista na Convenção Coletiva de Trabalho vigente e no Decreto Distrital nº 34.649/2013, serem devidamente justificados, sob pena de desclassificação da proposta, em obediência ao disposto nas Decisões TCDF nº 3836/2013 e nº 2472/2013.

Portanto, deve ser observada a convenção coletiva de trabalho vigente e como as propostas foram apresentadas no ano de 2016 só poderia ser esta a embasar as propostas, porém os encargos sociais constantes do edital está previsto na convenção de 2015, cláusula 65ª (fls. 238/250), pois o percentual para 2016 é de no mínimo 79,79% (setenta e nove vírgula setenta e nove por cento), conforme documento de fls. 226/236.

Não é coerente que pelo simples fato da licitação ter se iniciado no ano anterior deva se embasar em convenção não mais vigente, posto que isso indiscutivelmente vai impactar no preço final e quem esclarece isso com precisão é a própria empresa vencedora, nos seguintes termos:

Portanto, veja que os parâmetros utilizados pela TCDF, quais sejam o da Portaria nº 05/2015, do MPOG, não comportaria os valores atualizados em 2016. O TCDF foi claro ao determinar que o Pregão nº 21/2015, por ter sido aberto sob a vigência da Portaria nº 05/2015, do MPOG, deveria respeitar os limites ali estabelecidos, sob pena de não ser homologado o resultado do certame (fl. 756). Em 04/12/2015m o DETRAN-DF, no intuito de sanear o processo licitatório e enquadrar o preço do orçamento à Portaria nº 05/2015, do MPOG, àquela época vigente, seguiu o que foi determinado pelo Tribunal de Contas do DF, e reduziu o orçamento elaborado para R\$ 19.262.947,32, conforme pode ser visto no Despacho nº 2322 da Diretoria de Administração Geral do DETRAN/DF. (fl. 757). O que houve foi, a juízo de conveniência e oportunidade a utilização de um referencial contemporâneo à data do orçamento de 2015, a fim de prestigiar o melhor aproveitamento dos atos administrativos.

Portanto, a empresa vencedora admite que para a licitação ser admitida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal apresentou proposta defasada e em desacordo com a convenção coletiva vigente e isso foi admitido pela autoridade coatora. Melhor, houve um acordo ou decisão prévia nesse sentido.

Porém, cumpre destacar que a impetrante nem mesmo noticia a impugnação

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivo icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



do edital nesse particular, pois conforme itens transcritos em linhas volvidas verifica-se que a estimativa de preço estava considerando a convenção não mais vigente, o que demonstra a sua aceitação implícita, mas houve irresignação apenas quando outra empresa venceu o certame.

Consta do Memorando nº 131/2016- Gerlic de 28/7/2016 (fls. 633/636:

É curioso constatar que apesar da Impetrante atacar firmemente a Aceitação da proposta da Global pelo Impetrado, os valores ofertados por ela na fase de lances para todos os itens possuem diferenças consideradas irrisórias de R\$ 5.244,95 (cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) perante o valor global que ultrapassou um milhão e meio. Ressalta-se que a diferença atingiu mais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), face à maior diferença ter sido justamente no item que se refere ao monitoramento eletrônico, ou seja, não é execução essencial de mão de obra como os demais itens, portanto, não tem como base Convenção Coletiva de Trabalho. A seguir, segue um esquemático comparando os valores finais da Global e Soberana, onde resta claro que, apesar da Impetrante alegar inexequibilidade da proposta vencedora, ela incorreria no mesmo vício alegado, caso fosse declarada vencedora, uma vez que ao ofertar um lance, o licitante sabe o que está intrínseco naquele item todas as obrigações decorrentes dele, ex: salários, impostos, insumos, etc.

Como mencionado em linhas volvidas a impetrante não comprovou que a sua proposta tenha sido elaborada com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente e se o fez não esclareceu o motivo da diferença ser tão pequena.

Evidentemente que é preocupante o fato de ter sido considerada para a apresentação da proposta salários defasados, o que pode levar a uma termo aditivo já no início do contrato e assim retirando a suposta vantagem da licitação realizada, o que como se sabe que é comum ocorrer em licitações públicas, portanto, essa questão precisa ser apurada. O Ministério Público manifestou-se nos autos (fls. 3108/3112) e nada mencionou a respeito e tampouco informou se iria adotar medidas para investigar a lisura da execução desse contrato, portanto encaminharemos cópias dos autos ao Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

A autoridade coatora informou que a empresa vencedora se comprometeu a observar a convenção coletiva de trabalho vigente, mas nem ela e nem a empresa esclareceram como isso será feito sem a necessidade de majoração do valor contratado mediante aditivo e se isso for feito realmente há uma burla ao sistema de licitação.

Todavia, isso não ficou suficientemente provado e sendo a diferença realmente a indicada no referido memorando para a execução do contrato com base na convenção coletiva de trabalho vigente o prejuízo com a anulação do contrato superaria essa diferença, portanto, não é possível reconhecimento de nulidade da licitação com base nesse argumento.

Afirma a impetrante que a vencedora não apresentou cotação de rastreamento dos veículos, conforme exigido no edital, mas a autoridade coatora informou que isso foi sanado em diligência, portanto, a questão está superada.

A impetrante afirma que a certidão apresentada pela vencedora está desatualizada porque não houve registro da alteração contratual junto ao órgão de classe, porém tanto essa empresa quanto a autoridade coatora afirmaram que não houve alteração do objeto societário, pois apenas acrescentou a atividade de brigadista.

A empresa vencedora afirmou na sua contestação que apenas a alteração do objeto social, do quadro técnico ou atividade dos profissionais implicaria na necessidade de novo registro, mas isso não teria ocorrido.

No entanto, verifica-se da alteração contratual de fls. 456/459, que na cláusula I, está consignado "A sociedade altera neste ato seu objeto social, incluindo a atividade de Serviços de brigada de Incêndio de Empresa Privada". Portanto, é pueril a alegação de que não houve alteração.

A alteração contratual é de 24/7/2014, mas a certidão do CREA de 3/3/2008 (fls. 461/462), portanto efetivamente desatualizada, porém trata-se de mera irregularidade formal de atividade não vinculada ao objeto da licitação, o que





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**  
**Primeira Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social - PRODEP**

é insuficiente para afastar uma licitação já concluída.

Com relação ao registro da certidão no CRA assiste razão à autoridade coatora, pois verifica-se do edital (fls. 55/136), que apenas há exigência de registro no CREA, mas não que a certidão seja registrada nesse mesmo órgão e, ainda que o fosse seria também mera irregularidade formal.

No que tange à capacidade técnica a impetrante afirma que os atestados apresentados pela empresa vencedora não atendem as normas do edital, mas a autoridade coatora afirmou que os atestados foram apresentados pelo próprio órgão, no caso o DETRAN, portanto, está evidenciada a capacidade técnica da empresa.

Destaca-se que no memorando de fls. 633/635 consignou-se que "a impetrante mescla exigências para comprovação de Capacidade Técnica com subitens relativos tanto para as obrigações da contratada quanto especificações técnicas dos equipamentos que deverão ser disponibilizados somente por ocasião da assinatura do contrato (...) a participação no processo licitatório, por si só, não as obriga terem adquiridos aqueles equipamentos para embarcarem na disputa, restando, tão somente, à Administração Pública cobrar Termos de Compromisso que os disporá no ATO DA ASSIANTURA DO CONTRATO. Portanto, nada tendo a ver com as exigências previstas no item 5 (Qualificação Técnica), que é cobrado na fase de aceitação de habilitação técnica durante o curso do certame".

O último argumento da impetrante refere-se à descrição do objeto, pois segundo ela não foi detalhada, mas a autoridade coatora afirma que não haveria caracteres suficientes.

Os documentos de fls. 493/503 comprovam que a descrição feita pela empresa Global não foi realmente detalhada e a afirmação de falta de caracteres é refutada pela descrição apresentada pela impetrante (fls. 492/497), porém não demonstrou a impetrante em que isso poderia ter causado prejuízo à isonomia da licitação e se trata de questão sem relevância para afastar a licitação já encerrada.

**Nesse contexto está evidenciado que a impetrante não logrou êxito em provar a existência de direito líquido e certo, razão pela qual o pedido é improcedente.**

**Em face das considerações alinhadas DENEGO A SEGURANÇA. Condono a impetrante ao pagamento das custas processuais. Sem honorários advocatícios, conforme artigo 25 da Lei nº 12.016/2009.**

Anote-se a inclusão do Departamento de Transito do Distrito Federal-DETRAN no polo passivo.

Remetam-se cópias de fls. 2/44, 630/636, 731/785 e desta decisão ao Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal para apuração de eventual irregularidade na contratação ou execução do contrato celebrado entre o DETRAN/DF e Global Segurança Ltda.

Após o trânsito em julgado dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Brasília, quinta-feira, 10 de novembro de 2016, 14:05.

A questão trazida para MPDFT e que ensejou a instauração do presente ICP, diz respeito ao fato de o Pregão 21/2015 ter recebido proposta da empresa Global Segurança Ltda. com cotação de preços tendo em conta a Convenção Coletiva de Trabalho de 2015. Por outro lado, não poderia apresentar de outro modo, já que a licitação ocorrera em 2015.

Após o encerramento do pregão houve a necessidade de rever-se o equilíbrio econômico financeiro do contrato, tendo em vista ter entrado em vigor nova Convenção Coletiva do Trabalho. Sobre o tema reproduzimos trecho da sentença colacionada

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivo icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



acima:

Depois de analisar demoradamente os 16 (dezesesseis) volumes destes autos constatei que essa questão é realmente muitíssimo delicada, mas há dificuldade no seu exame por dois pontos importantes: opção da impetrante pelo mandado de segurança, que não admite dilação probatória e a não exibição da proposta apresentada por ela para provar que foi utilizada a convenção coletiva de trabalho de 2016.

Dispõe o item 7.9 do edital (fls. 55/136):

Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Já o termo de referência (fls. 65/118) no item 7, dispõe que a planilha de custos deve observar as diretrizes infra, dentre outras:

a. Valor da remuneração da mão de obra das categorias envolvidas na prestação dos serviços definidos, conforme homologado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

b. Valor dos encargos sociais e trabalhistas incidentes, com base na legislação em vigor, sobre o valor da mão de obra mais a Reserva Técnica, devendo valores acima de 78,46% (setenta e oito vírgula quarenta e seis por cento), na forma prevista na Convenção Coletiva de Trabalho vigente e no Decreto Distrital nº 34.649/2013, serem devidamente justificados, sob pena de desclassificação da proposta, em obediência ao disposto nas Decisões TCDF nº 3836/2013 e nº 2472/2013.

Portanto, deve ser observada a convenção coletiva de trabalho vigente e como as propostas foram apresentadas no ano de 2016 só poderia ser esta a embasar as propostas, porém os encargos sociais constantes do edital está previsto na convenção de 2015, cláusula 65ª (fls. 238/250), pois o percentual para 2016 é de no mínimo 79,79% (setenta e nove vírgula setenta e nove por cento), conforme documento de fls. 226/236.

Não é coerente que pelo simples fato da licitação ter se iniciado no ano anterior deva se embasar em convenção não mais vigente, posto que isso indiscutivelmente vai impactar no preço final e quem esclarece isso com precisão é a própria empresa vencedora, nos seguintes termos:

Portanto, veja que os parâmetros utilizados pela TCDF, quais sejam o da Portaria nº 05/2015, do MPOG, não comportaria os valores atualizados em 2016. O TCDF foi claro ao determinar que o Pregão nº 21/2015, por ter sido aberto sob a vigência da Portaria nº 05/2015, do MPOG, deveria respeitar os limites ali estabelecidos, sob pena de não ser homologado o resultado do certame (fl. 756). Em 04/12/2015m o DETRAN-DF, no intuito de sanear o processo licitatório e enquadrar o preço do orçamento à Portaria nº 05/2015, do MPOG, àquela época vigente, seguiu o que foi determinado pelo Tribunal de Contas do DF, e reduziu o orçamento elaborado para R\$ 19.262.947,32, conforme pode ser visto no Despacho nº 2322 da Diretoria de Administração Geral do DETRAN/DF. (fl. 757). O que houve foi, a juízo de conveniência e oportunidade a utilização de um referencial contemporâneo à data do orçamento de 2015, a fim de prestigiar o melhor aproveitamento dos atos administrativos.

Portanto, a empresa vencedora admite que para a licitação ser admitida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal apresentou proposta defasada e em desacordo com a convenção coletiva vigente e isso foi admitido pela autoridade coatora. Melhor, houve um acordo ou decisão prévia nesse sentido.

Porém, cumpre destacar que a impetrante nem mesmo noticia a impugnação do edital nesse particular, pois conforme itens transcritos em linhas volvidas verifica-se que a estimativa de preço estava considerando a convenção não

r:\prodep\1ª prodep\dr. roberto\arquivamentos simples\arquivamento icp 08190.041389-16-13 global x detran.docx



mais vigente, o que demonstra a sua aceitação implícita, mas houve irresignação apenas quando outra empresa venceu o certame.

Não é possível identificar a desonestidade e má-fé que caracteriza a Improbidade administrativa no presente feito. Saliente-se, ainda, a tramitação da Ação Popular nº 2016.01.1.113764-6, cujo objeto é a anulação do contrato advindo do pregão 21/2015.

Por último, é preciso ressaltar que foi retirada cópia digital do inteiro teor deste ICP e remetida à Procuradoria Geral de Justiça para as eventuais providências criminais em relação aos detentores de foro privilegiado (fls. 325).

Não há outras medidas a serem tomadas no presente feito.

Assim, determino o **ARQUIVAMENTO** do presente Inquérito Civil Público e a remessa à Primeira Câmara de Coordenação e Revisão Cível, em atendimento ao disposto no art. 171, IV da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993.

Brasília-DF, 19 de abril de 2017.

**ROBERTO CARLOS SILVA**  
**Promotor de Justiça.**  
**MPDFT**